

Procedimento concursal comum de recrutamento de oito trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de técnico superior, para exercício de funções no Departamento de Gestão Territorial e no Departamento de Licenciamento Urbanístico

ATA N.º 2

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, pelas 10h00, reuniu o Júri do procedimento concursal comum para preenchimento de oito postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal do Município de Cascais, no Departamento de Gestão Territorial e no Departamento de Licenciamento Urbanístico, aberto pelo Aviso n.º 2569/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 32, de 14 de fevereiro, e na Bolsa de Emprego Público (BEP), com o código da oferta OE202002/0414, na mesma data, com os seguintes membros:

Presidente: Luís Campos Guerra;

1.º Vogal Efetivo: Ana Pita Barros;

2.º Vogal Efetivo: Vera Calha.

1. A reunião do Júri teve como finalidade apreciar as candidaturas submetidas pelos candidatos ao presente procedimento concursal, nomeadamente o preenchimento dos requisitos exigidos e a apresentação dos documentos essenciais à admissão ou avaliação, tal como disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril (adiante designada por Portaria).-----
2. Nessa conformidade, tendo o júri constatado que vários candidatos não entregaram os documentos exigidos no Aviso n.º 2569/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 32, de 14 de fevereiro, e na Bolsa de Emprego Público (BEP), com o código da oferta OE202002/0414, na mesma data, foi concedido aos candidatos um prazo suplementar de 5 (cinco) dias úteis para entrega da documentação exigida, porquanto entendeu que a sua não apresentação atempada não se tenha devido a dolo ou negligência por parte daqueles, nos termos do n.º 9 do artigo 20.º da Portaria.-----
3. Nesse sentido, todos os candidatos foram notificados por correio eletrónico no dia 25 de março do corrente ano para entrega dos referidos documentos. -----
4. Recebidos e analisados os documentos inicialmente em falta, o Júri verificou que os candidatos elencados na lista que consta em anexo (Anexo I), que se considera parte integrante desta ata, não demonstraram, pelos fundamentos aí descritos, reunir os requisitos de admissão ao presente procedimento concursal, mencionados no Aviso n.º 2569/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 32, de 14 de fevereiro, e na Bolsa de Emprego Público (BEP), com o código da oferta OE202002/0414, na mesma data.--
5. Nessa sequência, deliberou o Júri notificar os referidos candidatos (Anexo I), para efeitos da audiência dos interessados, da intenção de os excluir, o que fará por mensagem eletrónica,

nos termos do n.º 1 do artigo 22.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º da Portaria, e com informação de que as alegações são obrigatoriamente apresentadas em formulário próprio, disponível em:

https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/formulario_exercicio_do_direito_o_de_participacao_de_interessados.pdf.-----

6. O Júri elaborou ainda a lista provisória dos candidatos admitidos (Anexo II), que faz parte integrante desta Ata.-----

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião às 13h00, da qual foi elaborada a presente ata, que, depois de lida e votada nominalmente, foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos elementos do Júri presentes.

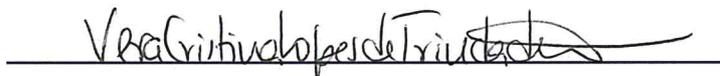
O Júri



Presidente



1.º Vogal Efetivo



2.º Vogal Efetivo